

Manifesto em defesa dos territórios e soberania alimentar

frente aos mercados da natureza

Nós, representantes de 55 organizações camponesas, indígenas, pescadoras, de afrodescendentes, movimentos sociais, coletivos territoriais e ativistas de direitos humanos e da natureza de 14 países da América Latina e do Caribe, reunidos em Guararema - São Paulo, Brasil, entre 21 e 24 de julho de 2025, levantamos a voz contra o contínuo avanço do capital sobre a natureza e nossos territórios, nossos bens comuns e nossos modos de vida.

Às vésperas da COP30, recuperamos a memória e a prática coletiva de existência e resistência dos povos das Américas, desde as guerras anticoloniais, das revoltas dos povos negros e indígenas escravizados, das lutas das comunidades camponesas, marinho-costeiras e pescadoras artesanais, principalmente de milhões de mulheres no continente, até a batalha de Seattle contra a OMC e a derrota da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e mais uma vez nos levantamos, com a força de nossos ancestrais, em apoio incondicional ao povo palestino, contra o ressurgimento dos totalitarismos e o uso da fome como arma de guerra contra tantos povos no mundo, do Sudão ao Haiti.

O complexo militar-industrial é parte estrutural da crise social, climática e ecológica promovida pelo capitalismo de catástrofe, que historicamente se beneficia do ciclo de destruição-reconstrução dos territórios. Além de [aumentar exponencialmente as emissões de gases de efeito estufa \(GEE\)](#), as guerras destroem ecossistemas e sistemas alimentares, e promovem deslocamentos forçados em massa para que esses territórios sejam esvaziados e capturados para sua reconstrução pelas mesmas corporações e cartéis que se beneficiam dos conflitos.

Denunciamos como falsas soluções as estratégias de subjugação da soberania dos povos pelo capital extrativo, tecnológico e financeiro, sob o discurso de combate à crise climática por meio da pretensa redução de emissões através de compensações de carbono ou por meio de uma “transição energética”. A aplicação de tecnologias como solução para o crescimento ilimitado e a subsequente propriedade privada sobre bens comuns são fórmulas históricas que geram controle corporativo-financeiro, excluindo todos os demais e criando lucros a partir da escassez. A terra, a água, as florestas, as sementes, a biodiversidade, os sistemas alimentares e agora também os dados sobre eles e de todas as pessoas estão sendo convertidos em mercadorias e ativos financeiros, cada vez mais sujeitos à lógica especulativa em benefício das corporações e dos investidores. Por isso, mais uma vez, denunciamos:

1. O colonialismo de carbono e o aprofundamento da desigualdade baseada no racismo e no patriarcado: a redução das múltiplas crises — financeira, econômica, alimentar, ecológica,

sanitária — a uma crise apenas climática e tecnológica oculta suas verdadeiras causas: a obscena desigualdade geopolítica, econômica e social gerada pela forma de produção, comércio e consumo do Norte global. Essa lógica reducionista de medir as crises em termos de carbono e a meta de alcançar “emissões líquidas zero” permite que os 1% mais ricos do mundo continuem extraindo [US\\$ 30 milhões por hora](#) dos países de baixa e média renda, produzindo zonas de sacrifício de povos e ecossistemas e, assim, controlar quase 70% da riqueza global.

A *tecno-solução* baseada na métrica colonial e corporativa de quantificação de carbono aprofunda as trocas desiguais baseadas na exploração e expropriação da natureza e do trabalho no Sul Global, principalmente dos que historicamente são valorados como inferiores ou subordinados – os povos indígenas, afrodescendentes e as mulheres. A crise não é só climática, mas uma crise civilizacional fruto do capitalismo, do racismo e do patriarcado estruturais que legitimam genocídios, etnocídios e ecocídios para sustentar modos imperiais de produção e consumo.

2. *A lógica das “emissões líquidas zero” e o mercado de compensação de emissões como mecanismo para gerar lucros com a poluição e o desastre*: a ideia de que é possível remover o excesso de gases de efeito estufa (GEE) emitidos na atmosfera por meios naturais ou por meio de tecnologias (como a geoengenharia), que está por trás do termo “emissões líquidas”, abre as portas para o mecanismo perverso da compensação ou compra do direitos de poluir. Essa lógica pressupõe que é possível comparar os valores de existência e uso com o preço de uma tonelada de carbono e tornar mais barata a produção de danos ecológicos. É um mecanismo *ganha-ganha* entre a indústria extrativa e a economia “verde”, faces da mesma moeda da compensação, em que quanto mais emissões e degradação, maior o mercado de compensações de carbono, água ou biodiversidade. Quanto mais lucra a economia marrom, maior o lucro da economia “verde” financeirizada. Os projetos [REDD+](#) e de plantações industriais de árvores são uma das formas mais baratas de compensação baseadas nos territórios dos povos do Sul Global e custeados com os lucros gerados pela destruição de outros territórios em todo o mundo. Mais de 9 milhões de hectares em todo o mundo foram capturados por plantações industriais de árvores para sequestro de carbono, cerca de 2 milhões de hectares estão na América Latina, seja por fundos soberanos como o PIF da Arábia Saudita, bancos de investimento como o BTG Pactual e o Rabobank, ou as Big Techs como a Microsoft. Mas a apropriação de terras sob as figuras do REDD+ ou de esquemas de agricultura de carbono é muito maior, incluindo enormes projetos pecuários, como o Mycarbon da Minerva e o PIF no Cerrado brasileiro, e a iniciativa SARA no Cone Sul, entre outros.

3. *A transição hegemônica imposta como uma expansão energética e a transferência dos custos climáticos para o Sul Global*: assistimos a uma enorme pressão sobre as terras, os oceanos e os territórios do Sul Global, tanto por projetos de empresas poluidoras dependentes do petróleo,

inclusive agroindustriais, pela crescente demanda por tecnologias baseadas em energias renováveis, quanto pela prestação de serviços de sequestro de carbono para esses grandes poluidores. Promovidos, entre outros, pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, a instalação de projetos eólicos extensivos, de milhares de hectares de painéis solares, monoculturas de agrocombustíveis e árvores, e as usinas de hidrogênio “verde” ou ainda a nova demanda por minerais de sacrifício — mal chamados de minerais críticos ou estratégicos — para a fabricação de baterias para armazenamento de energia, representam uma expansão da matriz energética e uma transferência deliberada da responsabilidade e dos custos climáticos do Norte para o Sul Global, ampliando a destruição e a espoliação.

4. Agricultura de carbono – ampliação do controle corporativo e financeiro sobre os sistemas alimentares e as terras: O sistema agroalimentar industrial – responsável por até 37% das emissões globais – pretende posicionar-se como fornecedor de créditos de carbono a partir da remoção do carbono pelos solos, expandindo os monocultivos sobre grandes extensões de terra, com a adoção de práticas agrícolas “sustentáveis”, como o plantio direto (sem arado), pastagens melhoradas, gado de ciclo curto, rotação de culturas ou plantação industrial de árvores juntamente com a pecuária. No entanto, o IPCC reconhece que o nível de incerteza sobre o cálculo do carbono para o setor de mudança de uso do solo e agricultura é de 70%. Enquanto o carbono fóssil que não é extraído permanece no subsolo de forma permanente e quantificável, o carbono armazenado em terras agrícolas é instável, difícil de medir com precisão e altamente suscetível a ser liberado novamente. Mas, propondo seus próprios critérios de medição e monitoramento, empresas do agronegócio, como Bayer e Yara, estão entrando no negócio do carbono do solo para compensar suas emissões, certificar sua produção como “carbono neutra” e ter acesso a empréstimos mais baratos oferecidos pelas finanças “verdes”. Enquanto isso, as empresas impulsionam a adoção de suas plataformas digitais por pequenos, médios e grandes agricultores, capturam dados massivos gratuitamente e ampliam as vendas de seus produtos “climaticamente inteligentes”, como sementes transgênicas ou com edição genética patenteadas, pesticidas, fertilizantes, inclusive as versões corporativas dos insumos biológicos. Assim, a agricultura de carbono pode se apropriar das terras não tanto diretamente por compra, mas por imposição contratual que retira o poder de decisão dos agricultores sobre como devem plantar, com quais tecnologias e para quem, minando os eixos centrais da soberania alimentar.

5. Dataficação, digitalização intensiva e novas cercas sobre os comuns: os mercados de carbono sobre florestas e agricultura são os principais motores da digitalização dos territórios e da agricultura, tanto para a medição da complexidade ecológica e social e sua conversão em uma unidade métrica equivalente em toneladas de carbono, quanto para o monitoramento em tempo real para apoiar a emissão e negociação de créditos de carbono. Cada vez mais, informações sobre solos, sementes, florestas, biodiversidade, água, clima e conhecimentos das comunidades agrícolas são capturadas em massa por drones, sensores e satélites, que são padronizadas e

convertidas por algoritmos e inteligência artificial na nova mercadoria contemporânea: os dados. A [agricultura baseada em dados](#) seria uma agricultura de “precisão” e mais segura, mas não para o meio ambiente, nem em benefício dos povos, e sim para facilitar a concessão de empréstimos cada vez mais condicionados ao novo pacote agrícola digital por parte de bancos e investidores. Essa convergência agro-tecnológica entre as grandes corporações da agroindústria e os oligopólios digitais como Microsoft, Amazon, Google, Bayer, Syngenta, Corteva, John Deere, etc. amplia a governança corporativa e financeira sobre os sistemas alimentares e as terras. Além disso, essa digitalização em grande escala é intensiva em consumo energia, minerais, terras raras e água, principalmente para a instalação de centros de dados (*data centers*) gigantescos, agravando a crise ecológica.

6. *Criminalização, cooptação e utilitarismo das identidades*: esses projetos promovem violência, criminalização e perseguição de lideranças e, cada vez mais, utilizam estratégias de cooptação e fragmentação das comunidades, seja negociando contratos individualmente, seja fazendo uso utilitário do identitarismo. A representação de etnia, gênero e idade - por exemplo, com as conhecidas salvaguardas — é usada para a elaboração de protocolos de consulta por consultores pagos pelos desenvolvedores dos projetos com o objetivo de facilitar o consentimento das comunidades. Reafirmamos a unidade desde a nossa diversidade e continuamos em constante formação e diálogo com as comunidades que assinam contratos do tipo REDD+, agricultura de carbono ou qualquer outro projeto que gere a negociação de ativos ambientais sobre a natureza e direitos de poluir, com o compromisso político de fortalecer as lutas pela autodeterminação e defesa das terras, territórios e da soberania alimentar.

7. *Financiamento climático na forma de dívida e mais lucros para as elites rentistas*: em meio à batalha tarifária dos Estados Unidos e com os orçamentos cada vez mais capturados pelas guerras, o financiamento climático, obrigatório e voluntário, dos países industrializados por sua responsabilidade histórica pela crise climática, está cada vez mais sendo oferecido na forma de dívida. Mais de [70% do financiamento climático chega por meio de empréstimos](#) a taxas de mercado aos países do Sul Global, que já destinam mais da metade de seu orçamento público ao serviço da dívida, fundamentalmente com o pagamento de juros abusivos. Entre [1970 e 2023](#), esses países pagaram US\$ 3,3 trilhões apenas em taxas de juros aos credores do Norte Global, sendo a América Latina e o Caribe a região com maior gasto para o pagamento dos serviços da dívida.

Denunciamos os mecanismos de financeirização no âmbito da política climática, particularmente o [Mecanismo Florestas Tropicais para Sempre \(TFFS, sigla em inglês\)](#). Sob a promessa de transferências simbólicas para as comunidades locais, ao fixar um preço aleatório para as florestas de US\$ 4 por hectare, o Fundo se baseia em empréstimos mediante o pagamento de altas taxas de juros aos investidores e aos intermediários financeiros, provavelmente ao Banco

Mundial, em troca do alto risco em investir em dívidas de países do Sul Global, os quais assumem todos os riscos e perdas (de risking). Ou seja, em última instância, são os próprios contribuintes do Sul global que devem financiar a proteção das florestas historicamente desmatadas pelas corporações dos países do Norte e, além disso, garantirão os rendimentos das elites financeiras.

Reafirmamos que as verdadeiras soluções para a crise climática e ecológica não residem na tecnologia nem na privatização e financeirização do conhecimento e da natureza. As soluções reais passam pelo desmantelamento do sistema capitalista, bem como das relações assimétricas e injustas de poder geopolítico, econômico, social e de gênero.

As complexas redes de conhecimento, ciência e tecnologia dos povos indígenas, afrodescendentes, comunidades camponesas, extrativistas, marinho-costeiras e pescadoras artesanais do mundo, com destaque para as mulheres, que partem de uma pluralidade de valores e entendimentos ao longo de milhares de anos - em constante movimento, recriação e adaptação -, se reproduzem historicamente como diversidade biológica e sistemas alimentares nutricionalmente, culturalmente e ecologicamente adequados, em benefício de todas as formas de vida. Portanto, resgatamos a história de longa duração dos territórios e dos povos, a fim de ampliar os significados do que seja a terra e as naturezas como modo de vida, como cultura, como alimento, como espiritualidade, para compartilhar soluções reais e eficazes para as crises ecológica e social.

Apostamos na reforma agrária integral e popular, que elimine também a desigualdade de gênero no meio rural, na autodeterminação territorial, na formação política e pedagógica constante para a valorização e promoção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, na soberania tecnológica, financeira e alimentar dos povos, na agroecologia popular, na justiça climática e na solidariedade internacional entre os povos. Articulamos as diferentes lutas contra o extrativismo petrolífero, mineiro e agroindustrial, com a defesa da água e dos oceanos, das sementes, da terra, da biodiversidade, das florestas, da proteção das agri-Culturas camponesas e dos sistemas de pesca artesanal.

No âmbito da Cúpula dos Povos frente à COP30 em Belém, no seio da Amazônia brasileira e desde a América Latina, convocamos os movimentos e organizações a se unirem a esta declaração em defesa de seus territórios, da natureza e soberania alimentar, levantando-se contra a mercantilização e financeirização da natureza.

Signatários:

Acción Ecológica - Equador

Amigas da Terra Brasil

Aquelarre Bonao - República Dominicana

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) - Brasil

Alianza Biodiversidad

Associação das Mulheres Munduruku Wakoborun - Brasil

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB

Amigos de la Tierra América Latina y Caribe - ATALC

Casa Sueli Carneiro - Brasil

Campanha Nacional em defesa do Cerrado - Brasil

Central Independiente de Obreros Agrícolas y Campesinos “José Dolores López Domínguez” (CIOAC-JDLD) - México

Centro de Estudios Heñói, Paraguay

Coalición Mundial por los Bosques (GFC)

CoecoCEIBA - Costa Rica

Coordenadora Latino-Americana de Organizações Camponesas (CLOC-Via Campesina)

Coordinadora de Organizaciones Defensoras por Territorio y Soberanía Macro Norte Perú

Comité Central de Mujeres de la Unión de Organizaciones Campesinas e Indígenas de Cotacachi (CCMU-UNORCAC) - Ecuador

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) - Brasil

Confederación Nacional Agraria (CNA) - Perú

Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador (CONAIE)

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG) - Brasil

Confederación Mapuche de Neuquén en Argentina

ETC group

FASE Solidariedade e Educação - Brasil

Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria (FENSUAGRO) - Colombia

Federación de Cooperativas de la Reforma Agraria de la Región Central (FECORACEN) - El Salvador

FIAN - Colombia

Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba - Brasil

GRAIN

Grupo Carta de Belém - Brasil

Huerquen Comunicación en Colectivo - Argentina

Instituto de Formación de Adolescentes y Niños Trabajadores (INFANT) -Perú

Jornada Continental pela Democracia contra o Neoliberalismo

Jubileo Sul Brasil

Jubileo Sur América

Marcha Mundial de Mulheres (MMM) - Brasil

Marcha Mundial de las Mujeres Macronorte Perú

Movimento por Soberania Popular na Mineração (MAM) - Brasil

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) - Brasil

Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) -Brasil

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) -Brasil

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) -Brasil

Pastoral da Juventude Rural (PJR) - Brasil

Plataforma Boliviana frente al cambio climático

Plataforma de América Latina y El Caribe por la Justicia Climática

Red de Coordinación en Biodiversidad - Costa Rica

REDES Amigos de la Tierra Uruguay

Red Ñuqanchik Maronijei Noshaninka (Red Ñuqanchik) - Perú

Terra de Direitos - Brasil

Unión de afectados y afectadas por las operaciones petroleras de Texaco (UDAPT) - Ecuador

Unión Nacional de Productores Agropecuarios Costarricense (UNAG)

Unión Campesina Panameña (UCP)

Via Campesina Brasil

World Rainforest Movement - WRM